

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS DE BOTUCATU
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A SAÚDE MENTAL
DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO
PERÍODO DE 2021 A 2023: UMA PESQUISA A
PARTIR DO GOOGLE ACADÊMICO**

**Amanda de Almeida Baldo
Dora Giaquinto Bastos Freire
Fernanda Vitoria Duarte Sota
Letícia Caroline de Andrades
Luiza Pângaro Pedrosa Barros**

Botucatu - SP

2024

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SAÚDE MENTAL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO PERÍODO DE 2021 A 2023: UMA PESQUISA A PARTIR DO GOOGLE ACADÊMICO

**Amanda de Almeida Baldo
Dora Giaquinto Bastos Freire
Fernanda Vitoria Duarte Sota
Letícia Caroline de Andrades
Luiza Pângaro Pedrosa Barros**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual de São
Paulo "Júlio de Mesquita Filho" como
requisito para a conclusão do curso de
Licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Gomes

Coorientadora: Prof. Dr.^a Laíse Vieira
Gonçalves Ribeiro

Botucatu - SP

2024

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA SEÇÃO TÉC. AQUIS. TRATAMENTO DA INFORM.
DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - CÂMPUS DE BOTUCATU - UNESP
BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL: ROSANGELA APARECIDA LOBO-CRB 8/7500

Considerações sobre a saúde mental do professor da educação básica no período de 2021 a 2023: uma pesquisa a partir do Google Acadêmico / Amanda de Almeida Baldo ... [et. al.] - Botucatu, 2024.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Ciências
Biológicas - Licenciatura) - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Instituto de Biociências, Botucatu

Orientador: Paulo César Gomes

Coorientador: Laíse Vieira Gonçalves Ribeiro Capes: 70807000

1. Educação básica. 2. Professores. 3. Educação permanente.
4. Saúde mental. I. Baldo, Amanda de Almeida. II. Freire, Dora Giaquinto Bastos. III.
Sota, Fernanda Vitória Duarte. IV. Andrades, Letícia Caroline de. V. Barros, Luiza
Pângaro Pedrosa.

Palavras-chave: Educação básica; Formação continuada de professores; Saúde mental docente.

Buscamos neste Trabalho de Conclusão de Curso apresentar uma pesquisa exploratória acerca da produção científica sobre a saúde mental de professores da educação básica, durante o período da pandemia de Covid-19. Além disso, descrever os principais agravantes ao bem-estar docente. Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica bem como a utilização da base de dados Google Acadêmico. Nossa busca abrangeu artigos publicados no período entre 2021 e 2023, que discorreram sobre o tema, através das palavras-chaves "professor", "saúde mental", "educação básica", "ensino remoto" e "ensino de biologia". Das buscas, resultaram oito artigos selecionados e fica evidente a lacuna de estudos acerca da temática. Os artigos analisados afirmam e investigam como as questões estruturais e sociais possuem desdobramentos à saúde, mental e física, dos educadores. Por meio desta análise foi possível determinar os principais problemas do Ensino Remoto Emergencial e a urgência de fomento e incentivo à formação continuada de professores.

Palavras-chave: saúde mental docente; educação básica; formação continuada de professores.

Abstract

The present Course Completion Paper (Graduation) presents exploratory research on the scientific production regarding the mental health of basic education teachers during the Covid-19 pandemic, aiming to describe the main aggravating factors to teachers' well-being. To achieve this, a bibliographic review was conducted using the Google Scholar database. The search encompassed articles published between 2021 and 2023 that discuss the topic through keywords such as "teacher," "mental health," "basic education," "remote teaching," and "biology teaching." Based on the results found in eight selected articles, there is a clear gap in studies on the explored theme. The analyzed articles affirm and investigate how structural and social issues impact the mental and physical health of educators. Through this analysis, it was possible to determine the main problems of Emergency Remote Teaching and the urgency of fostering and encouraging the continuous professional development of teachers.

Keywords: teacher mental health; basic education; continuous professional development of teachers.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (BNCFP)

Conselho Nacional de Educação (CNE)

Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (Sars-CoV-2)

Diretoria de Ensino (DE)

Doença do Coronavírus (COVID-19)

Ensino Remoto à Distância (EAD)

Ensino Remoto Emergencial (ERE)

Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC)

Ministério da Educação (MEC)

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares (PNAE)

Sistema Único de Saúde (SUS)

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1. Relação dos estudos selecionados no Google Acadêmico para análise	18
Tabela 2. Síntese conclusiva dos artigos analisados	19
Tabela 3. Metodologias utilizadas nos artigos analisados.....	22
Tabela 4. Objetivos gerais dos artigos analisados	23
Tabela 5. Resultados apresentados pelos trabalhos analisados.....	25

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
RELAÇÃO DE TABELAS	4
1. INTRODUÇÃO	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 AUTONOMIA E PROFISSIONALIDADE DOCENTE	9
2.2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	11
2.3 PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL.....	13
3. METODOLOGIA.....	16
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
6. REFERÊNCIAS	30

1. INTRODUÇÃO

O profissional docente tem como papel garantir a transmissão e assimilação dos conhecimentos escolares, de forma a planejar, dirigir e comandar o processo de ensino (Libâneo, 1994). Para esse autor, isto se dá pelo desenvolvimento da capacidade cognitiva dos estudantes com o intuito de promover a assimilação dos conteúdos por meio da didática. Nesta perspectiva, educação é o conjunto das ações, processos, influências e estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e sua relação com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais (Libâneo, 1994).

É papel fundamental do professor a problematização dos conteúdos com finalidade na transformação social. De acordo com a intitulada pedagogia crítico-social dos conteúdos, os conhecimentos historicamente construídos são instrumentalizados a partir da prática social. Prática que se dá pela relação do professor com o conhecimento, de forma a transpassá-lo através da problematização e da construção individual e posterior socialização com os alunos (Saviani, 2003).

Partindo dessa visão de educação e do trabalho docente, ressaltamos que a profissão docente tem uma longa trajetória quanto a sua definição, delimitação de objetivos e finalidades. Desde a década de 80 (ou talvez antes) e, de forma ambígua, teve início um processo de desvalorização histórica do reconhecimento dos professores como agentes potencializadores e promotores da qualidade educacional, e de agentes ativos da democratização da sociedade brasileira (Weber, 2003). A profissionalização docente passou a ser vista como uma combinação de competências específicas e a possuir características profissionais que exigem a formação e aperfeiçoamento contínuos (Queiroz, 2020).

No entanto, as políticas contemporâneas de profissionalização, frequentemente, incitam a superficialização e banalização da formação docente, inspirada por ideais e políticas internacionais neoliberais, com a valorização de conhecimentos e práticas tecnicistas em detrimento do saber pedagógico (Aguilar, Souza e Silva, 2022). O século XXI é demandado dos professores uma constante adaptação às novidades estruturais e tecnológicas, ao mesmo tempo em que não há fomentos e incentivos à formação inicial e continuada. Queiroz (2020) afirma que “é

impossível falar em formação e profissionalização de forma isolada” (p.30), uma vez que a docência se constitui não apenas de conhecimentos teórico-práticos, mas deve ser entendida como um processo formativo em movimento, que integra aspectos pedagógicos, sociais e culturais.

No contexto brasileiro, desde o período pré-pandêmico, a profissão enfrenta desafios relacionados à precariedade das condições de trabalho e da formação dos docentes, conforme Cericato (2016), o que inclui baixos salários, jornadas longas de trabalho, muitas vezes em mais de uma escola, falta de estabilidade no emprego com alta rotatividade de funcionários nas escolas, dificuldade de progressão de carreira, sofrimentos emocionais e psicológicos, esgotamento e insatisfação com o ofício; todos esses aspectos acabam por afetar o trabalho dos educadores na sala de aula, implicando negativamente as aprendizagens resultantes. Assim,

(...) as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e a dedicação aos estudos. Ora, tanto para garantir uma formação consistente como para assegurar condições adequadas de trabalho, faz-se necessário prover os recursos financeiros correspondentes. Aí está, portanto, o grande desafio a ser enfrentado. [...] Trata-se, pois, de eleger a educação como máxima de desenvolvimento nacional e, em consequência, carrear para ela todos os recursos disponíveis. (Saviani, 2009, p.153).

No pensamento de Saviani (2009) fundamental está implícita a perspectiva de que o saber docente não se reduz (e tão pouco se restringe) ao tecnicismo. Entretanto, tratam-se de saberes que estão contidos são decorrentes de um conjunto de fatores: históricos, políticos, sociais, culturais, subjetivos (psicoemocionais) e estruturais. Dessa forma, seriam necessárias resoluções políticas e econômicas que reconhecessem o potencial da Educação e do educador como transformadores dos sujeitos e da sociedade.

A pandemia de coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (Sars-CoV-2) teve um impacto significativo na profissão docente. A exclusão digital e o déficit de capacitação dos professores para trabalhar com as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) desafiou-os a desenvolver flexibilidade cognitiva e a superar as barreiras físicas para a comunicação.

Quando consideramos a questão da saúde humana na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), reafirmada no Pacto dos Direitos Econômicos, Social e Culturais (1966) bem como Declaração Final de Viena (1993), a Constituição Federal Brasileira de 1988 reconhece a saúde humana como direito humano universal fundamental. O texto da Lei é claro em seu Artigo 196 o qual reconhece a saúde como “direito de todos e dever do Estado”. Schneider *et al.* (2010) reconhece que a Constituição cidadã implementou um conceito de saúde que anteriormente não existia, assim trata de um “conteúdo ético/político novo, ao reconhecer a dignidade humana como condição fundamental de acesso à política pública da saúde” (p. 8).

A partir de lutas e mobilização social o texto da Constituição Federal Brasileira compreende a saúde como direito humano: “universal”, “indivisível” e “interdependente”. Assim, “Universal” porque, sob o princípio da equidade, deve ser acessível a toda população independente de etnia, credo, crença religiosa, classe social, se trabalhador formal ou informal. “Indivisível” porque não é mais e nem menos importante que outros direitos (por exemplo, o direito à educação, ao voto, à habitação, à saúde, à segurança, ao saneamento básico, dentre outros). Como os autores apontam “Ter saúde de qualidade é tão importante quanto votar” (p.9).

Por fim, a “interdependência” o qual restringe a efetiva dependência de outros direitos, a título de exemplo, o direito à saúde apenas se efetiva na garantia de outros direitos fundamentais previstos na letra da Lei. Assim, o “Estado deve garantir saúde de qualidade para todos e, para tanto, a condição necessária é construir sistemas públicos universais de seguridade social que englobem também a saúde. O Brasil construiu o “Sistema Único de Saúde - SUS” (Schneider *et al.*, 2010, p.11). Vale destacar que foi decorrente das discussões da 8ª Conferência Nacional de Saúde que foram estabelecidas as bases para elaboração da denominada seção sobre saúde, na Constituição Federal (CF) de 1988, que foi o marco para a criação do SUS brasileiro.

O modelo brasileiro é importado de um modelo vigente em países europeus pautados no *Welfare State* que é o estado de bem-estar social do qual os Governos são responsáveis pela garantia dos direitos fundamentais à população. A grande dualidade e contradição desse modelo de *Welfare State* brasileiro é a adoção da perspectiva neoliberal no modelo de gestão pública com a ampliação das

privatizações a partir do início dos anos 1990, visando garantir um máximo de eficiência com um mínimo de recursos e aporte financeiro.

Durante o decorrer da graduação, as diversas temáticas trabalhadas nas disciplinas da licenciatura trouxeram reflexões com enfoque na saúde mental docente, principalmente, após a pandemia de Covid -19. Neste período o ensino sofreu profundas mudanças positivas e negativas, muitas delas foram vivenciadas por nós graduandas em licenciatura. Assim, se formou uma curiosidade em investigar o ensino com este enfoque.

Diante disso, nos pareceu viável estabelecer e investigar a relação do período de dificuldade enfrentado com problemas de saúde mental. Esta reflexão foi possível a partir do contato próximo com docentes dentro das escolas e da universidade, onde presenciamos e ouvimos relatos de docentes que sofreram com episódios relacionados à burnout, ansiedade, depressão, entre outros.

Além disso, a experiência dentro de escolas no estágio supervisionado foi crucial para o desenvolvimento da ideia inicial da pesquisa. Atuar como observadoras e professoras estagiárias nos proporcionou a vivência durante e após a pandemia, onde foi possível perceber as diferenças e dificuldades enfrentadas, além de presenciar problemas relacionados à saúde mental docente.

Ademais, é importante considerar o baixo número de trabalhos que se trata especificamente da saúde mental de professores neste período. Com isso, percebemos que seria importante um maior número de trabalhos dedicados à este tema tão importante.

Diante da problemática apresentada e da falta de estudos no campo da saúde mental do professor, nos propomos a realizar esta revisão sistemática bibliográfica dos anos de 2021 a 2023, aprofundando no âmbito da saúde mental e visando investigar demandas emocionais enfrentadas por profissionais da educação.

Considerando a área de atuação profissional do egresso do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, que se trata da Educação Básica, em especial o Ensino Fundamental II, do 6.º ao 9.º anos, e o Ensino Médio e; considerando o período vivido recentemente pela pandemia do Sars-CoV-2, neste trabalho de pesquisa buscamos responder a seguinte pergunta: o que dizem os trabalhos acerca do tema saúde mental do professor produzidos no período de 2021 a 2023?

Retomando, o objetivo principal desta pesquisa foi investigar trabalhos acadêmicos publicados no período de 2021 a 2023 sobre a saúde mental do professor, considerando os seguintes descritores: "professor", "saúde mental", "educação básica", "ensino remoto", "ensino de biologia", a partir de publicações mencionadas no Google Acadêmico.

Os nossos objetivos específicos são:

- (a) Investigar a produção científica publicada no referido período, considerando o recorte de artigos científicos publicados em revistas e periódicos avaliados por pares publicados no Brasil;
- (b) Descrever as principais agravantes à saúde mental do professor decorrentes dos trabalhos selecionados para análise.
- (c) Discorrer sobre necessidades formativas do professor decorrentes do período iniciado pela pandemia do Sars-CoV-2, do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e da retomada das atividades em unidades escolares.

A seguir será apresentado o percurso teórico realizado ao longo deste trabalho de pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AUTONOMIA E PROFISSIONALIDADE DOCENTE

A autonomia do educador, segundo o trabalho do professor e pensador da educação, José Contreras, não se restringe às habilidades pedagógicas ou técnicas, mas abrange também o compromisso social e humano e, portanto, as relações afetivas estabelecidas e cultivadas no exercício da docência, assim como as competências emocionais, sociais e culturais do docente. Outros fatores que pertencem ao processo de construção da autonomia dos professores são de origem sociopolítica e institucionais. O autor enfatiza que a autonomia docente deve ter a comunidade na qual está inserida como referencial e corresponsável pelas condições em que ocorre (Contreras, 2012).

A partir do histórico de proletarização da profissão docente em que para lecionar basta possuir o conhecimento técnico do conteúdo a ser transmitido. De fato,

aponta que a atividade docente foi gradualmente dessensibilizada e cooptada por uma racionalidade técnica (Contreras, 2012).

Nesse contexto, o pensador espanhol determina duas formas possíveis de resistência à proletarização: o profissionalismo e a profissionalidade (Contreras, 2012). Assim, o profissionalismo trata das questões mais individuais do docente, relacionadas às práticas pedagógicas e atitudes do professor. De outro modo, a profissionalidade de um sujeito que exerce uma determinada profissão de acordo com as normas socialmente estabelecidas para tal, envolve atitudes éticas e morais estabelecidas previamente. A profissionalidade docente está relacionada ao desenvolvimento profissional, através da formação teórica continuada, e do aperfeiçoamento social e pessoal, ou seja, os valores e intenções que guiam o processo de ensinar, bem como os objetivos que se busca alcançar e desenvolver no exercício da profissão (Gorzoni e Davis, 2017).

Uma autonomia menos burocrática ou ilusória nasce da autoconsciência do professor sobre seus juízos, deliberações, motivações, valores. A *reflexão docente* expõe que o conhecimento não precede a ação, mas está nela contido e se transforma em processo. A prática docente deixa então de ser executora para ser reflexiva, criativa, até mesmo artística. (Valério, 2017, p.330).

A prática docente o conhecimento não é algo que surge antes do agir, mas se dá na ação e evolui nesse processo. São estes dois aspectos, conhecimento e ação docente, interdependentes e, portanto, mutuamente constitutivos. Dessa forma, o fazer do educador não se constitui somente de aplicações técnicas ou de teorias preexistentes, embora essas façam parte de sua construção; o educar é um processo contínuo e contextualizado, pois o saber pedagógico é inseparável do contexto no qual ocorre, adaptando-se e transformando-se conforme as situações específicas de ensino e aprendizagem se apresentam (Contreras, 2012).

Ainda sobre a definição da autonomia, é necessário pontuar que ser autônomo não é o mesmo que “agir da forma que quiser”, mas sim ter sua autonomia de pensamento e reflexão contínua sobre a própria atuação, mantendo a liberdade e construção de identidade enquanto educador, compreendendo a função social da educação (Contreras, 2012).

Professores sem o suporte necessário e a sua perda da autonomia para desenvolver o ofício educativo se encontram insatisfeitos e infelizes com a profissão, isso advém principalmente do estresse e da síndrome de burnout, causando prejuízos à saúde, vida e carreira profissional (Santos e Silva, 2022). No Brasil, em 2017, foi observado um índice de 71% de afastamento dos professores da rede pública (CNTE, 2017). Isto demonstra o atual cenário de saúde mental precária que se insere o docente.

Embora seja notável a importância do papel do docente e que sua presença no espaço escolar é indispensável, a profissão está cada vez mais desvalorizada. Tal perda de valor já é caracterizada no Brasil além dos outros países da América Latina, isso por conta da baixa remuneração que resulta em professores assumindo mais de uma jornada de trabalho. Da mesma forma, foi relatado a necessidade dos docentes de assumir novas funções e responsabilidades, fazendo com que sua carga horária aumente sem remuneração extra (Oliveira, 2006). A seguir trataremos de aspectos da precarização do trabalho docente e sua relação a partir do contexto histórico recente da pandemia do Sars-CoV-2.

2.2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Historicamente o profissional que atua no magistério sofreu (e sofre) com baixos salários, condições precárias de trabalho, falta de investimentos na formação inicial e continuada. Somado a isso, ocorreram em diferentes períodos, mobilização da categoria em movimentos junto a grupos sindicais que reivindicavam melhorias salariais e das condições de trabalho. Entretanto, o profissional docente ainda sofre de inúmeras particularidades e especificidade decorrentes de sua atuação dentro e fora da unidade escolar que, em conjunto, contribuem para o sofrimento, adoecimento psíquico e físico dos professores. Dentre esses fatores estão presentes: diminuição ou ausência da autonomia profissional, altas temperaturas, pouca ventilação, aumento das demandas burocráticas, baixo suporte social por parte da direção e coordenação, tempo reduzido para o aperfeiçoamento profissional, além da presença de conflitos entre os alunos e docentes o que gera violência dentro da instituição escolar (Imbernóm, 2011; Souza, 2017).

A profissão docente se caracteriza por menores níveis de bem-estar e maiores níveis de estresse, comparada com outras profissões (Quiroga, 2015; Whitaker *et al.*, 2015). Também é caracterizada como uma profissão de risco sendo relacionada ao aparecimento de doenças crônicas, alterações de saúde física e mental visto como consequência do aumento das horas de trabalho, alta competição entre os demais docentes e ritmo acelerado (Machado *et al.*, 2019).

Na visão de Raush e Dubiella (2013), um professor satisfeito com a sua profissão e que reconhece prazer pelo seu trabalho tem um melhor rendimento de seus alunos em sala de aula. Além disso, para Rodrigues (2011), indivíduos que conseguem lidar melhor com suas emoções apresentam melhoras em sua autonomia, empatia e otimismo, além de demonstrar maior segurança com relação ao trabalho.

A redução da autonomia do docente acarreta uma sobrecarga do professor em sala de aula, devido a uma intervenção em seu trabalho por conta das demandas semanais vindas da Diretoria de Ensino (DE) e passadas para os mesmos na Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC). Esta sobrecarga advém da implementação de projetos sociais a serem inseridos, aplicados e desenvolvidos dentro das escolas (Penna, 2008).

Conforme Diehl e Marin (2016), as reformas educacionais implementadas no Brasil desde os anos 1990, sistematizaram a descentralização administrativa, financeira e pedagógica das escolas, e tentaram promover uma flexibilização na organização e funcionamento das escolas. Idealmente, essas mudanças poderiam proporcionar maior autonomia à gestão escolar, o que traria benefícios para os professores ao permitir que eles tenham mais liberdade para organizar seu trabalho. No entanto, os resultados têm sido a ampliação de funções e maior responsabilização do professor pela qualidade do processo educativo. Também, segundo as autoras, é observado uma transferência significativa de poder aos alunos e seus responsáveis, criando um paradoxo nesse modelo regulatório, uma vez que, ao mesmo tempo em que os docentes, teoricamente, têm mais autonomia, também estão sujeitos a um aumento do controle sobre seu trabalho.

Nas últimas décadas, têm sido implementados sistemas de avaliação em larga escala (nível nacional, estadual e municipal) com a pretensão de melhorar as políticas e resultados educacionais. Dessa forma, essas avaliações têm exercido, na prática, uma influência relevante na realidade e no cotidiano escolar, afetando sua cultura,

modificando seus valores e objetivos (Diehl e Marin, 2016). Em geral, transformando o trabalho realizado no ambiente escolar moldado por uma política de resultados.

Rodrigues, Pereira e Mohr (2021) criticam a tendência das reformas educacionais em culpabilizar os professores, as escolas e os próprios estudantes pelos problemas sociais e econômicos enfrentados pelos alunos. Embora reconheçam o papel transformador das escolas na vida dos indivíduos, as autoras argumentam que a culpabilização desvia a atenção das verdadeiras causas dos problemas sociais, e que as dimensões socioeconômicas afetam o processo de ensino-aprendizagem. A ideia de que o desempenho dos alunos pode ser separado do seu contexto socioeconômico reforça uma visão meritocrática da educação, responsabilizando individualmente alunos e professores por desafios estruturais mais amplos. Ainda, a responsabilização descabida dos educadores pode ter consequências negativas significativas para sua saúde emocional e percepção de valor profissional, especialmente em contextos em que os docentes enfrentam condições difíceis, como pobreza e falta de apoio familiar aos estudantes.

O texto presente no documento da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (BNCFP) enfatiza a importância dos educadores na formação dos cidadãos, no entanto, Rodrigues, Pereira e Mohr (2021), questiona a real valorização desses profissionais na BNCFP. Isso se deve ao fato de que, no documento, a valorização dos professores parece estar diretamente ligada ao desempenho deles e de seus alunos em testes padronizados; as autoras criticam a viabilidade de analisar efetivamente o processo de ensino-aprendizagem e o contexto educacional através dessas avaliações em larga escala. Ademais, carreira e salário passam a depender desses resultados, o que representa uma mudança em direção a uma profissionalização baseada em competição e mérito, ameaçando as conquistas históricas da categoria docente, como estabilidade de emprego e aposentadoria.

2.3 PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Outro fator importante a considerarmos nesta revisão foi o período em que o mundo e o Brasil passaram pela pandemia do novo Coronavírus, e como este momento impactou a saúde mental da população brasileira. A população geral foi

afetada com o avanço da doença, como foi observado em outras pandemias vividas pela humanidade, o que resultou em uma mudança na maneira de se relacionar com as pessoas. A abrupta restrição à liberdade, incertezas sobre a doença e crise econômica são alguns fatores que levaram as pessoas a apresentarem mais sintomas ansiosos e depressivos, estes podem perdurar mesmo após o fim do surto (Brooks *et al.*, 2020).

Durante a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19) foram implementadas medidas emergenciais para a educação. Uma dessas medidas foi a adoção do ensino remoto emergencial (ERE), que permitiu que as aulas fossem ministradas de forma virtual, utilizando recursos digitais para a transmissão das aulas. É importante ressaltar que o ERE difere do ensino a distância (EAD), pois foi uma adaptação rápida das atividades educacionais para o ambiente virtual, sem um planejamento prévio definido.

Embora tanto o ERE quanto o EAD sejam caracterizados pela utilização de tecnologias digitais para a mediação do ensino, eles possuem objetivos e características distintas. O EAD é uma modalidade de ensino planejada e estruturada para ser realizada a distância, com a presença obrigatória de tutores para oferecer suporte aos estudantes, e as aulas são majoritariamente assíncronas, possibilitando que os estudantes estudem no momento mais conveniente para eles. O ERE é uma medida temporal adotada para adaptar o ensino tradicional à modalidade online devido a uma crise ou emergência (como a pandemia do coronavírus), quando não há a possibilidade de manter o ensino de forma presencial, devido ao caráter emergencial não há um planejamento e reconfiguração adequados do ensino (Hodges *et al.*, 2020)

O Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu, em junho de 2020, um conjunto de diretrizes para orientar as instituições de ensino durante a pandemia do coronavírus. Essas diretrizes foram homologadas pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de orientar estados, municípios, escolas da educação básica e instituições de ensino superior sobre as práticas a serem adotadas durante a pandemia; as portarias abordam desde atividades de ensino remoto até a transição de estágios e práticas de extensão para modalidades virtuais (Brasil, 2020).

No cenário escolar, em virtude das medidas adotadas para conter a propagação da doença, diversas atividades precisaram ser adaptadas às restrições

impostas. Durante este período, o setor educacional foi impactado de maneira direta em todos os seus níveis de ensino (Rondini, Pedro e Duarte, 2020). Assim iniciou uma profunda modificação do cenário da educação brasileira, trazendo novas ferramentas e desafios a serem superados.

Neste sentido, o ambiente de trabalho escolar sofreu profundas transformações, tais como a transição para o ensino remoto e a demanda por domínio das ferramentas tecnológicas (Zaidan e Galvão, 2020). O ERE se trata de aulas lecionadas em formato online, com tempo e espaço iguais, tanto para discentes como docentes (Hodges *et al.*, 2020). Assim foi necessária uma profunda mudança na atividade da escola, gestão e toda equipe docente, de transformar os métodos de ensino para se adequar ao momento de isolamento.

Diante do cenário pandêmico, as escolas do país adaptaram suas atividades pedagógicas de maneira que continuassem a aplicar os conteúdos previstos, porém no campo virtual. Dessa forma, foi necessária a utilização de diversas TDIC, porém, em grande parte do tempo, esses recursos foram usados como uma ferramenta para prender a atenção do aluno, tornar as aulas mais dinâmicas e tentar suprir a falta do ensino prático (Souza *et al.*, 2023). Considerando a situação emergencial, as condições de ensino não eram ideais, tendo vista a falta de equipamentos adequados para o acesso às aulas, internet de qualidade e domínio sobre metodologias didáticas (Rondini, Pedro e Duarte, 2020).

Outra questão relevante durante o período do ERE foi a falta de apoio emocional para estudantes e professores, o que em diversos casos resultou no desenvolvimento de doenças mentais como depressão e ansiedade (Abbasi *et al.*, 2020). Na revisão sistemática de literatura de Souza *et al.* (2023), que buscou opiniões de docentes referente às dificuldades encontradas durante este período, foi encontrado que:

A mudança de foco e a necessidade de maior autonomia do estudante, a administração não satisfatória e a falta de suporte das instituições de ensino, os problemas advindos da dificuldade em realizar pesquisa, a deterioração da saúde, física e mental, também foram problemas citados. (Souza *et al.*, 2023, 393)

Surge a necessidade por uma reforma do sistema educacional brasileiro que fortaleça a autonomia dos educadores e educandos, garanta o suporte institucional e

facilite o acesso a recursos de pesquisa, além de promover a saúde integral (física e mental) dos profissionais da educação. Souza *et al.* (2023) apontam que os métodos tradicionais de ensino não estão alinhados com as expectativas contemporâneas em relação ao papel do professor. A administração insatisfatória e a falta de suporte das instituições de ensino, indicam que as estruturas e recursos disponíveis aos professores não são adequados para atender às suas necessidades acadêmicas ou pessoais.

Frente aos desafios impostos pela pandemia, o Brasil sancionou, emergencialmente, a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares (PNAE), visando a promoção da saúde mental a todos os membros da comunidade escolar: estudantes, professores, demais funcionários e familiares. A lei, derivada do PL 3.383/2021, foi aprovada pelo Senado em fevereiro de 2022 e sancionada em dezembro de 2023.

(...) cabe às escolas prestar a devida atenção aos problemas psicossociais que afetam a comunidade escolar, haja vista o impacto que eles têm na vida das crianças e dos adolescentes e o conseqüente comprometimento do aprendizado e rendimento escolar. (Alessandro Vieira (MDB-SE) - Agência Senado, 2024).

O enfoque da PNAE reflete uma resposta direta aos desafios enfrentados pelas escolas brasileiras na atualidade, reconhecendo que problemas psicossociais podem e prejudicam significativamente o aprendizado e o desempenho dos estudantes. Ao tornar obrigatória a atenção a essas questões, a legislação busca transformar as escolas em ambientes que não apenas ensinam conteúdos curriculares, mas também promovem o bem-estar psicoemocional de todos os envolvidos na comunidade escolar. A seguir será apresentado o percurso metodológico realizado ao longo deste trabalho de pesquisa.

3. METODOLOGIA

Para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi conduzida uma pesquisa do tipo revisão bibliográfica, na qual buscamos identificar, avaliar e sintetizar de maneira objetiva os estudos existentes sobre a saúde mental de

professores durante o período de pandemia de Covid-19 e discorrer sobre a necessidades formativas do professor decorrentes do período iniciado pela pandemia do Sars-CoV-2, que consistiu em várias etapas sistemáticas para garantir a qualidade e relevância dos artigos selecionados. A escolha por desenvolver um trabalho de revisão bibliográfica se deu pela possibilidade de obter uma análise ampla e extensa do contexto estudado, e pelo tempo disponível para o desenvolvimento da pesquisa. No sentido da análise, Boccato define a revisão bibliográfica como:

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. (BOCCATO, 2006, p. 266 apud SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p.67).

A metodologia adotada teve o objetivo de obter uma ampla gama de informações sobre a saúde mental dos professores de biologia ou ciências da educação básica durante o ensino remoto. O levantamento inicial dos artigos foi realizado na base de dados do Google Acadêmico (Google Scholar), utilizando as palavras-chave: "professor", "saúde mental", "educação básica", "ensino remoto" e "ensino de biologia"; publicados durante o período de 2021 a 2023, tendo como objetivo abranger artigos que tratam do período da Pandemia de COVID-19 e estabelecimento do ensino remoto emergencial. A escolha pela base de dados se deu por sua abrangência e diversidade de plataformas indexadas, acessibilidade facilitada e gratuita e sua atualização constante, garantindo acesso à publicações recentes.

A definição dos descritores é justificada no direcionamento da busca por artigos que abordem, especificadamente, a temática escolhida. Os termos "professor" e "educação básica" restringe a pesquisa aos profissionais diretamente envolvidos na educação, e em níveis iniciais de ensino (ensino fundamental e ensino médio); a palavra-chave "saúde mental" delimita a busca por estudos que tratam dos efeitos psicológicos e emocionais a saúde mental de professores da educação básica; "ensino remoto" direciona aos trabalhos que abordam as mudanças e adaptações necessárias ao contexto educacional pandêmico, e exploram como esse modelo de ensino impactou a saúde mental dos docentes; por fim, a inclusão de "ensino de biologia" visa dar enfoque aos estudos que discutem os desafios pedagógicos e emocionais enfrentados especificamente por professores de biologia ou ciências.

Para filtrar os artigos adequados para o presente trabalho, foram aplicados os seguintes critérios de seleção: primeiramente, foram selecionados apenas os artigos publicados em revistas ou periódicos científicos, excluindo monografias, TCCs, dissertações, teses, publicações de eventos e congressos, livros e capítulos de livros; a exclusão desses tipos de publicações se deve à sua natureza geralmente menos rigorosa em termos de revisão por pares. Foram mantidos os artigos de revisão e também aqueles que abordam de forma mais geral a saúde mental dos docentes da educação básica.

A segunda etapa da seleção consistiu em uma análise detalhada dos títulos e resumos dos artigos pré-selecionados na primeira etapa, tendo como objetivo verificar a adequação dos artigos com a temática e o recorte definido para o presente trabalho. Foram mantidos quatro artigos que abordavam diretamente a saúde mental de professores de biologia, ou ciências, da educação básica durante o ensino remoto. Adicionalmente, foram incluídos quatro artigos que fornecessem uma visão geral e abrangente sobre a saúde mental de educadores, mesmo que não estivessem restritos ao ensino de biologia ou ciências; a decisão dessa inclusão foi levada em consideração para melhor contextualização das questões enfrentadas pelos docentes da educação básica.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, e a análise detalhada dos títulos e resumos, os oito artigos foram divididos em 2 categorias (Gonçalves, 2019; Sampaio e Lycarião, 2021): Artigos Específicos (aE), trabalhos que investigam os fatores agravantes que afetam o bem-estar mental dos professores de ciências e/ou biologia; e Artigos Secundários (aS) artigos complementares, publicações científicas relacionadas à saúde mental de professores e às necessidades de treinamento durante o período especificado, ou seja, trabalhos que oferecem, de forma contextual, um suporte teórico e sócio-histórico relevantes para a compreensão do tema. Após distribuir os artigos selecionados nas categorias definidas, o total de artigos por categoria foi de cinco artigos na categoria aE e três artigos na categoria aS, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Relação dos estudos selecionados no Google Acadêmico para análise

Cat.	Título	Autoria, ano	Periódico/Revista
-------------	---------------	---------------------	--------------------------

aE	Revisão sobre o ensino remoto em Ciências e Biologia durante a pandemia da COVID-19	Araújo e Voltolini. 2021.	Revista Biociências.
aE	Desafios no ensino de ciências biológicas durante a pandemia	Conte e Schuch. 2022.	Revista Intersaberes
aE	Desafios e dificuldades enfrentados por professores de ciências e licenciandos em ciências naturais no ensino remoto emergencial no estado do Pará - Brasil	Venturieri, dos Santos, da Silva-Leal, Santos e Vasconcelos. 2022.	Brazilian Journal of Development
aE	O ensino de Ciências e Biologia no leste marajoara: os efeitos da covid-19 na prática docente	Nazareno De Souza Dos Santos Júnior, Guedes Costa, Igreja Dos Santos, e Da Silva Martins-Júnior. 2023.	Scientia Plena
aE	Pedagogical Residency and remote teaching: challenges and perspectives in the view of basic education teachers participating in the program.	Castro, Sousa, Cipriano, Costa, Castro, Costa, Pires e Narzetti. 2021.	Research, Society and Development
aS	Trabalho docente no Brasil durante a pandemia da Covid-19	Neves, Fialho e Machado. 2021.	Educação Unisinos
aS	Os Desafios Encontrados pela Docência no Ensino Remoto em Tempos de Pandemia da Covid-19: Uma revisão bibliográfica	Lima. 2021.	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação
aS	A Formação Continuada de Professores em Tempos da Pandemia do COVID-19: Contribuições da Neurociência Aplicada à Educação.	Gomes, Guimarães e Cruz. 2022.	Formação Docente

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia da COVID-19 agravou e proporcionou diferentes desafios no setor educacional; não só o contexto pandêmico de isolamento social, adoecimento e luto por perda de parentes, amigos e colegas de trabalho, causaram significativo impacto à saúde mental dos educadores, mas também a necessidade de se adaptar de imediato a uma nova configuração de ensino e os desdobramentos dessa adaptação.

No Brasil, a transição abrupta para o ERE revelou uma série de obstáculos tanto para professores quanto para alunos, a necessidade de treinamento contínuo para os docentes é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de ensino eficazes, assegurando que os estudantes recebam uma educação de qualidade mesmo em circunstâncias adversas. As pesquisas que compõem o *corpus* deste trabalho, sublinham a insegurança gerada pela falta de capacitação e sobrecarga laboral dos docentes, além de questões como acentuação de desigualdades sociais e desafios enfrentados pelos estudantes, conforme tabela 2.

Tabela 2. Síntese conclusiva dos artigos analisados

Cat.	Autoria, ano	Síntese conclusiva
aE	Araújo e Voltolini. 2021.	O objetivo principal do artigo é analisar as experiências de professores e estudantes no Brasil em relação ao ERE durante a pandemia da COVID-19, com foco no ensino de ciências e biologia. Os desafios enfrentados pelos professores incluem falta de capacitação, carga horária expandida, dificuldades de acesso à tecnologia e baixa participação dos alunos, enquanto os alunos enfrentaram problemas como falta de acesso à Internet, dispositivos, ambiente de estudo adequado e apoio educacional familiar. A pesquisa enfatiza a ineficácia do ensino remoto para muitos estudantes sem acesso à tecnologia, levando a barreiras educacionais e ao aumento das taxas de abandono escolar. O estudo destaca a importância das políticas públicas para a formação continuada de professores, melhoria das condições de ensino e a alfabetização digital para a população brasileira como um todo.
aE	Conte e Schuch. 2022.	O artigo explora os desafios enfrentados no ensino de ciências biológicas durante a pandemia, com foco no impacto do isolamento social, nas percepções dos professores, nas mudanças nas rotinas escolares diárias e na necessidade de formação contínua de professores. O estudo demonstra a necessidade crítica de formação continuada de professores qualificados e atualizados para promover o compartilhamento de conhecimento acadêmico-científico, o diálogo e a leitura de mundos, especialmente no contexto do ensino de biologia.
aE	Venturieri <i>et al.</i> , 2022.	O artigo visa compreender e relatar os desafios e dificuldades enfrentados por professores de ciências e estudantes de ciências naturais no ERE durante a pandemia da COVID-19 no estado do Pará. A conclusão enfatiza que as atividades de ensino remoto não foram tão eficazes devido ao acesso limitado dos alunos, e o estudo teve como objetivo dar voz aos professores da educação básica para promover novas práticas de pesquisa e intervenção pós-pandemia.
aE	Nazareno De Souza Dos Santos Júnior <i>et al.</i> 2023.	O artigo descreve o panorama educacional do ensino de Ciências e Biologia em municípios da Ilha de Marajó (PA) durante a pandemia da COVID-19, com foco nos desafios enfrentados por professores e alunos devido à mudança para o ERE. A pesquisa relata o aumento na demanda de trabalho, taxas de abandono do ensino médio, baixa capacitação de professores para o ERE, acesso deficiente à Internet para estudantes, baixa participação em reuniões on-line, processos de

		avaliação comprometidos e a necessidade de treinamento contínuo para desenvolver novas metodologias para um ensino eficaz no novo cenário educacional.
aE	Castro <i>et al.</i> 2021.	O objetivo principal do artigo é explorar as perspectivas sobre a experiência e os desafios enfrentados pelos estudantes de licenciatura das diversas áreas de ciências e matemática, através da percepção de preceptores envolvidos no Programa de Residência Pedagógica do IFPI durante a implementação do ERE. O trabalho explora o impacto positivo do ERE no desenvolvimento e aprimoramento das habilidades de ensino, destacando a necessidade de formação continuada de professores, voltado ao uso de TDIC
aS	Neves, Fialho e Machado. 2021.	O trabalho faz uma análise das condições de trabalho docente no Brasil durante a pandemia da COVID-19, com foco na precarização do trabalho docente. Os pontos principais incluem o impacto da pandemia no ensino, a falta de capacitação de professores para o ERE, os desafios enfrentados pelos professores e a exclusão digital de muitos alunos, levando ao aumento das desigualdades sociais. O trabalho enfatiza que as repercussões da pandemia ao trabalho docente estão ligadas à mitigação dos efeitos da crise, especialmente em termos da exclusão digital e dos desafios sociais enfrentados pelos envolvidos no processo educativo.
aS	Lima. 2021.	O objetivo principal do artigo é identificar os desafios enfrentados pelos professores no ERE durante a pandemia da COVID-19 por meio de uma revisão da literatura. A pesquisa afirma que o impacto da pandemia gerou desafios na área educacional, incluindo falta de capacitação dos professores para uso de tecnologias digitais, que resultaram em insegurança quanto à prática pedagógica, assim como a falta de recursos tecnológicos por parte dos alunos.
aS	Gomes, Guimarães e Cruz. 2022.	O artigo aborda a importância e a urgência da formação contínua de professores, partindo da pandemia da COVID-19 e das dificuldades associadas à adoção do ERE. A pesquisa se utilizou de questionários aplicados aos professores em curso formativo, e desenvolve uma análise crítica do desempenho profissional e fomenta discussões sobre a importância de valorizar o trabalho docente.

Em análise inicial dos artigos selecionados, é possível perceber um padrão quanto aos desafios e dificuldades enfrentadas por professores e alunos durante o período pandêmico e, em especial, quanto ao ERE. Os artigos, de modo geral, destacam a falta de capacitação profissional em relação ao uso de TDIC, enfatizando a importância da formação continuada de professores. Outro fator apontado recorrentemente pelos estudos é a exclusão digital e as dificuldades de acesso à tecnologia, principalmente pelos alunos, refletindo a desigualdade no acesso à educação durante o período da pandemia de Covid-19.

Entre os trabalhos que estruturam o *corpus* do presente TCC, há divergências quanto à ênfase dada aos obstáculos observados durante o ERE, os artigos de Araújo e Voltolini (2021), Venturieri *et al.* (2022) e Nazareno De Souza Dos Santos Júnior *et*

al. (2023) focam nas barreiras tecnológicas e na baixa participação dos estudantes; o trabalho de Conte e Schuch (2022) debate a questão da formação continuada como ferramenta promotora do ensino de qualidade e, no contexto do ERE, possibilidade de; por fim, Neves, Fialho e Machado (2021) abordam aspectos positivos da formação profissional durante o ERE, analisando o desenvolvimento de habilidades pedagógicas, em ambiente virtual, de estudantes de cursos de licenciatura, oferecendo uma perspectiva mais otimista em comparação aos demais artigos analisados.

Outro aspecto relevante é a variação no contexto geográfico e institucional das pesquisas. Os artigos Venturieri *et al.* (2022) e Nazareno De Souza Dos Santos Júnior *et al.* (2023) são específicos ao estado do Pará, revelando desafios particulares dessa região, como a deficiência quanto à infraestrutura e as altas taxas de abandono escolar.

Castro *et al.* (2021) e Gomes, Guimarães e Cruz (2022), envolvem, respectivamente, preceptores do Programa de Residência Pedagógica e professores em curso formativo, trazem uma visão voltada à formação e desenvolvimento profissional dos docentes, indicando a importância de políticas públicas e iniciativas educacionais específicas para mitigar os efeitos negativos do ERE.

Tabela 3. Metodologias utilizadas nos artigos analisados

Cat.	Autoria, ano	Metodologia
aE	Araújo e Voltolini. 2021.	Revisão sistemática: portal de periódicos da Capes, SciELO e Google Acadêmico, artigos e livros. Análise de dados, definição de duas categorias: 1- Experiência e percepção dos professores e alunos sobre o ensino remoto emergencial; 2- Experiência e recomendação da aplicação de TDIC para o ensino remoto emergencial.
aE	Conte e Schuch. 2022.	Estudo de caso. Aplicação de questionário (Google Formulários) e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em escolas públicas e privadas de Cachoeirinha/RS; aplicado entre 15-19 de junho de 2021. Análise de dados: abordagem hermenêutica (reflexiva e crítica) das respostas de 18 professores.
aE	Venturieri, dos Santos, da Silva-Leal, Santos, e Vasconcelos. 2022.	Estudo de caso. Aplicação de questionário (Google Formulários), Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Análise de dados: quantitativa, triangulação dos dados; análise de conteúdo e de literatura sobre o tema.
aE	Nazareno De Souza Dos Santos Júnior	Estudo de caso. Aplicação de questionário (Google Formulários) e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para 16 professores de Ciências e/ou Biologia em escolas públicas da Ilha do Marajó, composto

	<i>et al.</i> 2023.	de seis questões objetivas e uma discursiva; aplicado entre 15-19 de junho de 2021. Análise de dados: planilha e tabulação, análise descritiva.
aE	Castro, Sousa, Cipriano, Costa, Castro, Costa, Pires e Narzetti. 2021..	Aplicação de questionário (Google Formulários), Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Análise de dados: análise quali-quantitativa.
aS	Neves, Fialho e Machado. 2021.	Pesquisa de caráter qualitativo através de mapeamento do estado da arte no Portal de Periódicos da CAPES.
aS	Lima. 2021.	Revisão bibliográfica integrativa: Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO); critérios de inclusão: artigos, monografias, teses, dissertações e resumo em congresso, no período de 2020 e 2021. Coleta de dados por fichamento. Análise de dados descritiva.
aS	Gomes, Guimarães e Cruz. 2022.	Desenvolvimento de curso de formação continuada de professores durante o período de setembro de 2020 a abril de 2021, e aplicação de questionário para promover e investigar a percepção e dos professores participantes sobre o ERE e o curso formativo.

A tabela 3 reúne as metodologias adotadas pelos artigos selecionados. Dentre os trabalhos analisados, notamos uma prevalência de estudos de caso, contabilizando o total de quatro artigos, com o uso de questionários aplicados à professores da educação básica (Conte e Schuch, 2022; Venturieri et. al, 2022; Nazareno De Souza Dos Santos Júnior *et al.*, 2023; Castro et. al, 2021), o que sinaliza a possibilidade de pesquisa com formulação de dados reais sobre o contexto educacional pandêmico. Com o intuito de reunir a produção científica acadêmica sobre os impactos na docência, encontram-se os trabalhos de revisão de literatura de Araújo e Voltolini (2021), Neves, Fialho e Machado (2021) e Lima (2021). O trabalho de Gomes, Guimarães e Cruz (2022) interessa por se tratar de uma ação de intervenção, através do desenvolvimento de um curso de formação continuada de professores, em curso durante o pandemia.

Tabela 4. Objetivos gerais dos artigos analisados

Cat.	Autoria, ano	Objetivos Gerais
aE	Araújo e Voltolini. 2021.	Analisar as percepções de professores e estudantes sobre a experiência do ensino remoto, em ciências e biologia, durante a COVID-19.

aE	Conte e Schuch. 2022.	Explorar os impactos da pandemia de COVID-19 no ensino de biologia e investigar as percepções dos professores quanto à experiência e desafios enfrentados.
aE	Venturieri, dos Santos, da Silva-Leal, Santos, e Vasconcelos. 2022.	Explorar as dificuldades enfrentadas por professores e estudantes de licenciatura em ciências, do estado do Pará, durante o ensino remoto na pandemia de COVID-19.
aE	Nazareno De Souza Dos Santos Júnior et al. 2023.	Analisar o impacto do ensino remoto nas práticas pedagógicas do ensino de ciências e biologia, durante a pandemia de COVID-10 na ilha de Marajó (PA).
aE	Castro, Sousa, Cipriano, Costa, Castro, Costa, Pires e Narzetti. 2021.	Explorar as percepções e desafios enfrentados por estudantes de licenciatura em ciências e matemática, participantes do Programa de Residência Pedagógica do IFPI, sobre o ERE.
aS	Neves, Fialho e Machado. 2021.	Analisar literatura sobre o trabalho docente durante a pandemia de COVID-19 e explorar o impacto da pandemia nos processos de ensino-aprendizagem.
aS	Lima. 2021.	Identificar os principais desafios enfrentados por professores durante o ERE e analisar o impacto da pandemia nas práticas pedagógicas.
aS	Gomes, Guimarães e Cruz. 2022.	Investigar o impacto do ERE na prática educacional e explorar a formação continuada de professores com colaboração de estudos neurocientíficos.

Há uma inquietação compartilhada quanto aos aspectos pedagógicos, didáticos e metodológicos presentes no referido período de pandemia do Sars-CoV-19, nas pesquisas, de caráter investigativo ou exploratório, são levantadas as problemáticas sociais e técnicas que interferem nos processos de ensino e aprendizagem. Entre os fatores que influem no sucesso educacional, decorrentes dos empecilhos sociais e/ou técnicos, estão presentes as percepções subjetivas vivenciadas, as condições de bem-estar mental e físico e motivações pessoais quanto ao ensino e a própria prática docente (Araújo e Voltolini, 2021; Conte e Schuch, 2022; Castro *et al.*, 2021).

Os estudos de Lima (2021), Conte e Schuch (2022) e Nazareno De Souza Dos Santos Júnior *et al.* (2023) apontam que o período da pandemia evidenciou e amplificou a histórica deterioração das condições de trabalho dos professores, os aspectos citados incluem: o aumento da demanda de trabalho gerando sobrecarga, ameaças de redução salarial e redução efetiva do salário, falta de oportunidades para o desenvolvimento profissional e possibilidades de formação continuada (Castro *et al.*,

2021; Gomes, Guimarães e Cruz, 2022), dificuldades na adaptação ao ERE e às tecnologias empregadas durante esse modelo de ensino, falta de capacitação técnica para o ERE (tanto para os professores quanto para os estudantes), escassez de infraestrutura, recursos e equipamentos para implementação do ERE (internet adequada, notebooks etc.) e falta de apoio em práticas pedagógicas eficazes para o ERE (Araújo e Voltolini, 2021; Conte e Schuch, 2022; Lima, 2021; Neves, Fialho e Machado, 2021; Nazareno De Souza Dos Santos Júnior *et al.*, 2023; Venturieri *et al.*, 2022); no tocante à saúde mental e emocional dos professores, é apontado que os fatores de precarização laboral contribuem para maiores taxas de estresse psicológico, tensão emocional, esgotamento e outros adoecimentos mentais (Araújo e Voltolini, 2021; Nazareno De Souza Dos Santos Júnior *et al.*, 2023).

Tabela 5. Resultados apresentados pelos trabalhos analisados

Cat.	Autoria, ano	Resultados
aE	Araújo e Voltolini. 2021.	O ensino remoto foi ineficaz para muitos alunos sem acesso às tecnologias, dificultando o acesso à educação e aumentando a evasão escolar. Foi ineficaz especialmente para os jovens de famílias de baixa renda com acesso limitado ou nenhum acesso à internet, aprofundando a desigualdade econômica.
aE	Conte e Schuch. 2022.	O ambiente virtual possibilitou aos professores utilizarem de sua criatividade e se reinventarem diante do novo cenário, porém, diversas dificuldades na utilização das linguagens tecnológicas e plataformas digitais foram experienciadas.
aE	Venturieri, dos Santos, da Silva-Leal, Santos, e Vasconcelos. 2022.	A falta de recursos tecnológicos e informacionais, questões socioemocionais, baixo engajamento e problemas cognitivo-comportamentais como a queda na concentração e organização durante o período das aulas virtuais foram as principais dificuldades encontradas.
aE	Nazareno De Souza Dos Santos Júnior <i>et al.</i> 2023.	O aumento da demanda de trabalho, alto número de evasão escolar, baixo índice de formação docente voltada para o ensino além do deficitário acesso à internet para a maioria dos alunos resultou em uma pouca participação nos encontros online.
aE	Castro, Sousa, Cipriano, Costa, Castro, Costa, Pires e Narzetti. 2021.	Os aprendizados construídos na Residência Pedagógica serviram de base para novas estratégias de ensino. Barreiras a falta de interação com os alunos da educação básica, carga horária docente intensificada e sentimentos de ansiedade, insatisfação e estresse ao ensino remoto, foram os principais desafios durante o período.
aS	Neves, Fialho e Machado. 2021.	A precarização do trabalho docente foi potencializada e afetada pela falta de capacitação dos profissionais. A exclusão digital, mitigação dos direitos trabalhistas, exaustão física e emocional dos professores foram os principais aspectos levantados.

aS	Lima. 2021.	A ausência de capacitação docente e dos alunos para o domínio das plataformas digitais, insegurança e falta de recursos foram fatores determinantes gerando grandes dificuldades no aprendizado dos discentes.
aS	Gomes, Guimarães e Cruz. 2022.	Os professores analisaram de forma crítica a sua atuação profissional e discutiram sobre a importância da valorização do trabalho, além de perceber a importância no uso de novas tecnologias de ensino. Porém, o excesso de tarefas decorrentes da pandemia e fatores externos dificultaram o processo.

O estudo de Araújo e Voltolini (2021) indica um cenário bastante desafiador enfrentado pelos professores durante a implementação do ERE, evidenciando o aumento das responsabilidades e tarefas associadas à adaptação das aulas presenciais para o formato online, que demanda mais tempo e esforço do que o ensino tradicional, conforme tabela 6. Esses desafios logísticos e operacionais refletem as dificuldades enfrentadas pelos educadores para manter a qualidade do ensino em um formato que, muitas vezes, é pouco familiar para muitos profissionais.

56% dos professores relataram sobrecarga de trabalho, 48% tiveram dificuldades de definir práticas pedagógicas apropriadas ao ensino remoto e 45% dos entrevistados relataram problemas com estresse e saúde mental. (Araújo e Voltolini, 2021, p.29).

Além disso, a pesquisa realizada por Araújo e Voltolini (2021) aponta que 48% dos professores, uma parcela substancial, destacaram dificuldades em definir práticas pedagógicas apropriadas para o ensino remoto. O ERE exige abordagens e metodologias diferentes das utilizadas em uma sala de aula presencial e, muitos docentes não receberam a formação adequada para essa transição. A consequência desses desafios é ainda mais agravada pelo impacto na saúde mental, tanto dos educadores quanto dos educandos, com 45% dos entrevistados relatando problemas de estresse e saúde mental. Este dado sugere que o contexto da pandemia e a rápida mudança para o ensino remoto não só afetaram a carga de trabalho, mas também tiveram um impacto profundo no bem-estar emocional dos professores.

Também o trabalho de Castro et. al (2021) tem como principal objetivo explorar, através de análise quali-quantitativa, as percepções quanto às experiências durante o referido período de ERE, investigando as perspectivas dos preceptores (professores da educação básica) participantes do Programa de Residência Pedagógica dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciências e

Tecnologia do Piauí (IFPI). Nesse contexto, a pesquisa constatou que o período pode promover a capacitação e aprimoramento de habilidades dos educadores relacionadas ao uso das TICs, no sentido de formação de professores, o ERE pode proporcionar experiências positivas. O trabalho também investigou os sentimentos dos preceptores quanto ao seu nível de felicidade: 92,8% dos participantes relataram se sentirem mais feliz antes do período da pandemia; quanto aos sentimentos em relação ao ERE, 35,7% relataram se sentir ansiosos, 32,1% relataram insatisfação, 21,4% estresse, 7,2% angústia e 3,6% tristeza; foi também investigado o nível de estresse psicológico relacionado ao trabalho docente durante o ERE: 53,6% relataram considerar muito estressante, 32,1% pouco estressante, evidenciando o quanto o período afetou o emocional dos entrevistados.

Um dado interessante levantado por Nazareno De Souza Dos Santos Júnior *et al.* (2023), é que os distúrbios e sintomas psicológicos afetam também a saúde física dos educadores:

(...) fatores como alta carga horária e pouco tempo para o preparo das aulas, podem resultar na prevalência de morbidades como tensão emocional, problemas psiquiátricos, psicológicos, visuais, do sistema imunológico e cardiovascular, entre outros. (Nazareno De Souza Dos Santos Júnior *et al.*, 2023, p.7)

O estudo citado acima destaca a relação direta entre as condições de trabalho e problemas de saúde, tanto mental quanto física. Esse cenário evidencia como a alta sobrecarga gerada no ambiente de trabalho pode se tornar prejudicial à saúde, possuindo como agravante a falta de tempo para o autocuidado, atividades físicas e de lazer.

O artigo de Neves, Fialho e Machado (2021) explora os desafios de saúde mental enfrentados por professores universitários durante a pandemia. Na discussão, os autores sugerem que tal condição de fragilização não há de ser restrita ao âmbito do ensino superior:

Não somente para o ensino superior, a pandemia e a sobrecarga de trabalho furtaram o espaço para o desenvolvimento profissional dos docentes de maneira geral. Decerto, a precarização do trabalho acomete as esferas pública e privada em qualquer nível de ensino (...). (Neves, Fialho e Machado, 2021, p. 8)

Neves, Fialho e Machado (2021) destacam a falta de políticas públicas específicas para apoiar o bem-estar e a saúde mental dos professores universitários durante a pandemia, os autores argumentam que a potencialização das condições precárias de trabalho durante o período pandêmico não foi um fenômeno exclusivo dos educadores do ensino superior, mas em todos os níveis de educação, tanto na esfera pública quanto na privada, os docentes enfrentaram desafios semelhantes decorrentes da sobrecarga de trabalho e rápida adaptação ao ERE.

A pesquisa desenvolvida por Gomes, Guimarães e Cruz (2022) afirma que o regime de ensino remoto estabelecido durante a recente pandemia levou a um cansaço generalizado, relatado por 30% dos professores que responderam voluntariamente ao questionário final. Sobre a saúde mental, 20% afirmam se sentir preocupados(as), 15% relatam ter sofrido de insônia, 11% desenvolveram outros problemas de saúde não especificados e 7% dizem se sentirem desmotivados(as).

A pandemia evidenciou o contexto de vulnerabilidade estrutural do sistema educacional brasileiro, destacando a ausência de políticas educacionais eficazes para lidar com crises, como foi a pandemia de Sars-CoV-2.

É notável que o contexto emergencial da pandemia gerou estresse ou sofrimento psicológico, em níveis mais leves ou acentuados, devido ao alto volume de trabalho e readaptações ao modo de ensinar remotamente, com o uso de TDIC (muitas vezes desconhecidas antes do ERE), em um momento histórico no qual as pessoas, num geral, se mostraram fragilizadas e estressadas, passando por momentos de luto por familiares e conhecidos, isolamento e distanciamento social, insegurança a respeito da saúde física, entre outros aspectos que afetaram a vida pessoal e social de cada cidadão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente temática analisada nesta tese surgiu, baseado em vivências pessoais, do interesse em investigar um tópico sensível e negligenciado como a saúde mental, um tópico que durante a graduação, quando foi abordado, foi de maneira defasada e superficial, e na prática, ao longo dos estágios, pudemos observar e vivenciar como o assunto também era extremamente menosprezado na vivência escolar. O período iniciado pela pandemia do Sars-CoV-2, do Ensino Remoto

Emergencial (ERE) impactou diretamente o nosso aprendizado na graduação, como alunas e como futuras professoras, e uma análise aprofundada desse período e suas problemáticas foi de extrema importância no momento final de nossa graduação.

O principal objetivo desta pesquisa foi investigar trabalhos acadêmicos publicados no período de 2021 a 2023 sobre a saúde mental do professor, considerando os seguintes descritores: "professor", "saúde mental", "educação básica", "ensino remoto", "ensino de biologia", a partir de publicações mencionadas no Google Acadêmico. Logo no início da pesquisa, já se apresentaram dificuldades para encontrar os artigos relacionados ao tema, sendo necessário mudar os filtros para pesquisa e as bases de dados, o que já evidencia uma escassez de dados acerca do recorte "saúde mental de professores", reforçando a necessidade de investimento em pesquisas sobre educação.

O estabelecimento do ERE apresentou novos desafios que nunca haviam sido vivenciados em uma escala global, além de, como observado durante a revisão dos artigos descritos, muitos problemas já existentes no sistema de ensino foram acentuados durante o período. A falta de capacitação em metodologias e tecnologias digitais durante a formação desses profissionais, por exemplo, afetou de maneira negativa a rotina do professor, e assim, conseqüentemente, sua saúde mental.

A valorização da profissão docente e a promoção da saúde mental dos professores são essenciais para garantir uma educação de qualidade para todos. São necessários investimentos em valorização da profissão docente, melhoria da remuneração, plano de carreira atrativo e investimento em formação continuada. Melhoria das condições de trabalho, infraestrutura adequada, recursos didáticos de qualidade, redução da carga de trabalho e apoio técnico e pedagógico. Ampliação do acesso a serviços de saúde mental, disponibilização de psicólogos e outros profissionais nas escolas, além de programas de apoio.

A pesquisa evidenciou ainda mais problemas que já existiam, como por exemplo a dificuldade com as novas tecnologias, poderiam ter sido remediados com a ajuda da formação continuada dos docentes.

Para que haja uma mudança significativa é preciso que os órgãos competentes adotem um planejamento estratégico e abrangente através de políticas públicas amparadoras. A educação e a saúde são um direito constitucional, somente o diálogo permite a construção de espaços seguros que respeitem as individualidades e

limitações de cada profissional da educação em sua expressão e reivindicação de direitos. Os professores são agentes fundamentais para a mudança e a construção de uma sociedade justa, democrática e em contínua luta por equidade. Por fim, destacamos que investir na valorização da profissão docente e no cuidado com a promoção da saúde mental desses profissionais é investir no futuro do país.

6. REFERÊNCIAS

ABBASI, S. *et al.* Perceptions of students regarding E-learning during Covid-19 at a private medical college. *Pakistan journal of medical sciences*, v. 36, n. COVID19-S4, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.12669%2Fpjms.36.COVID19-S4.2766>> Acesso em: 26 jun. 2024.

AGUIAR, D. F.; SOUZA, A. C.; SILVA, S. P. A profissionalização docente e a formação de professores no Brasil do século XIX: reflexões iniciais. *Anais VIII CONEDU*. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/89397>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

ARAÚJO, P. G.; VOLTOLINI, J. C. Revisão sobre o ensino remoto em Ciências e Biologia durante a pandemia da COVID-19. *Revista Biociências*, v. 27, n.2 (2021). Disponível em: <<https://periodicos.unitau.br/biociencias/article/view/3392>> Acesso em: 29 maio 2024.

BRASIL, *Ministério da Educação*. 2020. MEC homologa diretrizes para o ensino durante a pandemia. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/mec-homologa-diretrizes-para-o-ensino-durante-a-pandemia> Acesso em: 17 jun. 2024.

BROOKS, S. K. *et al.* The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *Lancet*, v. 395, n. 10227, p. 912–920, 2020.

CASTRO, Í. F. A.; SOUSA, F.; CIPRIANO, T. H. A. S.; COSTA, F. G. da; CASTRO, K. da S.; COSTA, V. S. da; PIRES, G. R.; NARZETTI, V. R. Pedagogical Residency and remote teaching: challenges and perspectives in the view of basic education teachers participating in the program. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 11, p. e75101119359, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i11.19359. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19359>>. Acesso em: 29 maio 2024.

CERICATO, I. L. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 97, n. 246, p. 273–289, maio 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2176-6681/373714647>> Acesso em: 20 jun. 2024.

CONTE, E.; SCHUCH, L. Desafios no ensino de ciências biológicas durante a pandemia. *Revista Intersaberes*, v. 17, n. 41, p. 596–615, 2022. DOI: 10.22169/revint.v17i41.2335. Disponível em: <<https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2335>> Acesso em: 29 maio 2024.

CONTRERAS, J. A autonomia de professores. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CNTE. (2017). Dossiê: Privatização da e na educação: Projetos societários em disputa. Retratos da Escola/Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Brasília. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.22420/rde.v11i21.831>>

DIEHL, L.; MARIN, A. H. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. In: *Est. Inter. Psicol.*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000200005&lng=pt&nr=iso> Acesso em: 16 jun. 2024.

GOMES, L. L.; GUIMARÃES, M. H. U.; CRUZ, L. H. C. A Formação Continuada De Professores Em Tempos Da Pandemia Do Covid-19: contribuições da neurociência aplicada à educação. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, [S. l.], v. 14, n. 30, p. 197–210, 2022. DOI: 10.31639/rbpf.v14i30.564. Disponível em:
<<https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/564>>. Acesso em: 29 maio 2024.

GONÇALVES, J. R. Como escrever um Artigo de Revisão de Literatura. In: *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, Ano II, Vol. II, n.5, 2019.

GORZONI, S. D. P.; DAVIS, C. O conceito de profissionalidade docente nos estudos mais recentes. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 166, p. 1396–1413, out. 2017.
<<https://doi.org/10.1590/198053144311>> Acesso em: 19 jun. 2024.

HODGES, C. B. et al. A diferença entre ensino remoto emergencial e ensino a distância. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS*, 2020.

HOFFMANN et al. Prazer e sofrimento no trabalho docente: Brasil e Portugal. *Educação e Pesquisa*, v. 45, 2019. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/ij/ep/a/QBCfyrGH8bZbLYj9fFqr3zH/?lang=pt#>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza. *Cortez*. 2011.

LIBÂNEO, J. C. Didática. 1. ed. São Paulo: *Cortez*, 1994.

LIMA, G. S. N. Os Desafios Encontrados Pela Docência No Ensino Remoto Em Tempos De Pandemia Da Covid-19: Uma Revisão Bibliográfica. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 7, n. 8, p. 860–873, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i8.2022. Disponível em:
<<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2022>> Acesso em: 29 maio 2024.

MARCON, N., REBECHI, R. R. A diferença entre ensino remoto emergencial e ensino a distância. In: *Debate Terminológico* (18), 92–100, 2020. Disponível em:
<<https://seer.ufrgs.br/index.php/riterm/article/view/109402>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

NAZARENO DE SOUZA DOS SANTOS JÚNIOR, E.; GUEDES COSTA, A.; IGREJA DOS SANTOS, M.; DA SILVA MARTINS-JÚNIOR, A. O ensino de Ciências e Biologia no leste marajoara: os efeitos da covid-19 na prática docente. *Scientia Plena*, v. 19, n. 3, 2023. DOI: 10.14808/sci.plena.2023.034401. Disponível em: <<https://www.scienciaplena.org.br/sp/article/view/6797>> Acesso em: 29 maio 2024.

NEVES, V. N. S.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. Trabalho docente no Brasil durante a pandemia da Covid-19. *Revista Educação Unisinos*. v. 25 (2021). DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2021.251.26>. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/23128>> Acesso em: 29 maio 2024.

OLIVEIRA, D. A. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-228, dez. 2006.

PENNA, G. Exercício docente na escola: relações sociais, hierarquias e espaço escolar. *Educação e Pesquisa*, v. 34, n. 3, p. 557–569, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/8PfZmYGsMK5DcCtfNPVh6BF/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

QUEIROZ, J. R. G. O debate em torno da profissionalização docente no Brasil. 2021. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, *Universidade Federal de Alagoas*, Delmiro Gouveia, 2020. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/7968>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

QUIROGA, F. L. *O mal-estar na contemporaneidade e suas expressões na docência*. Paco Editorial. 2015.

RAUSCH, R. B.; DUBIELLA, E. Fatores que promoveram mal ou bem-estar ao longo da profissão docente na opinião de professores em fase final de carreira. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 13, n. 40, p. 1041-1061, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/download/3001/2926>>. Acesso em: 05 jul. 2024.

RODRIGUES, L. S. Do mal-estar ao bem-estar docente: uma análise de caso Argentina e Brasil. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 2011.

RODRIGUES, L. Z.; PEREIRA, B.; MOHR, A. Recentes Imposições à Formação de Professores e seus Falsos Pretextos: as BNC Formação Inicial e Continuada para Controle e Padronização da Docência. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, p. e35617, 1–39, 2021. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2021u12771315. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/35617>> Acesso em: 03 jul. 2024.

RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. S. Pandemia do COVID-19 e o ensino remoto emergencial: Mudanças na práxis docente. *Interfaces Científicas*. Educação, v. 10, n. 1, p. 41–57, 2020.

SAMPAIO, R. C; LYCARIÃO, D. Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação. Brasília. Enap. *Coleção Metodologias de Pesquisa*. 2021. ISBN: 978-65-87791-18-0

SANTOS, K.; SILVA. Sentido de vida e saúde mental em professores: uma revisão integrativa. *Revista da SPAGESP*, v. 23, n. 1, p. 131–145, 2022. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702022000100011&lng=pt&ptenrm=iso>. Acesso em: 5 jul. 2024.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. In: *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100012&lng=pt&ptenrm=iso>. Acesso em: 28 jun. 2024.

_____. Escola e Democracia. 36. ed. Campinas: *Autores Associados*, 2003.

SCHNEIDER, A.; PERALTA, J. A.; Gimenez; Peruzzo, Nara A.; Both, Valdevir. O Direito Humano à Saúde e o seu Subfinanciamento. Passo Fundo: *IFIBE/CEAP*, 2010. 48p. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/images/publicacoes2023/direito-humano-a-saude-e-o-seu-sub-financiamento.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2024

SCHNEIDER, A; PERALTA, J. A. G; PERUZZO, N. A.; BOTH, V. O Direito Humano à Saúde e o seu Subfinanciamento. Passo Fundo: *IFIBE/CEAP*, 2010. 48p. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/images/publicacoes2023/direito-humano-a-saude-e-o-seu-sub-financiamento.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2024

SENADO FEDERAL. In *Senado Notícias*. 2023. Sancionada política de atenção psicossocial nas escolas. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/17/sancionada-politica-de-atencao-psicossocial-nas-escolas>>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. In: *Cadernos da Fucamp*, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>> Acesso em: 16 maio 2024.

SOUZA, G. P. Inimigos Públicos. Usina Editorial. Taş, İ., e İskender, M. (2017). An examination of meaning in life, satisfaction with life, self-concept and locus of control among teachers. *Journal of Education and Training Studies*, 6(1), 21-31. 2017. DOI: <https://doi.org/10.11114/jets.v6i1.2773>

SOUZA, C., G.; ERICH, M.; BARATA, M. S.; AGUIAR, A. M. Revisão Sistemática de Literatura quanto ao ensino remoto emergencial na área de Ciências Biológicas durante a Pandemia de COVID-19: Percepção de docentes e discentes, uso de tecnologias digitais da informação e da comunicação, lições aprendidas para a

construção de uma nova forma de ensino. *Investigações Em Ensino De Ciências*, 28(2), 374–401, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.22600/1518-8795.ienci2023v28n2p374>> Acesso em: 29 maio 2024.

VALÉRIO, M. Autonomia de professores. In: *Educar em Revista*, n. 66, p. 327–332, out. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.52325>> Acesso em: 12 jun. 2024.

VENTURIERI, B.; DOS SANTOS, A. P. A. S.; DA SILVA-LEAL, S. C. de J.; SANTOS, M. B.; VASCONCELOS, S. M. Desafios e dificuldades enfrentados por professores de ciências e licenciandos em ciências naturais no ensino remoto emergencial no estado do Pará - Brasil: Challenges and difficulties faced by science teachers and natural sciences undergraduates in emergency remote teaching in the state of Pará – Brazil. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 11, p. 74218–74230, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n11-232. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/54495>>. Acesso em: 29 maio 2024.

WEBER, S. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. In: *Educação e Sociedade, Campinas*, vol. 24, n. 85, p. 1125-1154, dez. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000400003>> Acesso em: 03 jul. 2024.

WHITAKER, R. C., DEARTH-WESLEY, T., GOOZE, R. A. Workplace stress and the quality of teacher-children relationships in Head Start. *Early Childhood Research Quarterly*, 30, 57-69. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ecresq.2014.08.008>>

ZAIDAN, J. M.; GALVÃO, A. C. “COVID19 e os abutres do setor educacional: a superexploração da força de trabalho escancarada”. In: AUGUSTO, C. B.; SANTOS, R. D. (orgs.). *Pandemias e Pandemônio no Brasil*. São Paulo: *Instituto Defesa da Classe Trabalhadora*, 2020.